

Federação Portuguesa de Orientação

Demonstrações Financeiras

31 dezembro de 2021

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Ativos Intangíveis.....	18
7. Investimentos Financeiros	19
8. Rédito.....	19
9. Subsídios	20
10. Imposto sobre o rendimento.....	20
11. Benefícios dos empregados	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
13. Outras Informações	21
13.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	21
13.2. Clientes	22
13.3. Outros Ativos Correntes	22
13.4. Diferimentos	22
13.5. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.6. Fundos Patrimoniais	23
13.7. Fornecedores e Créditos a Receber.....	23
13.8. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.9. Outros Passivos Correntes.....	24
13.10.Fornecimentos e serviços externos	24
13.11.Outros rendimentos.....	25

13.12.Outros gastos	25
13.13.Juros e gastos similares suportados	26
13.14.Acontecimentos após data de Balanço	26

Balauço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	20 220,11	26 519,14
Ativos intangíveis	6	935,99	1 424,26
Investimentos financeiros	7	516,19	286,57
Subtotal		21 672,29	28 229,97
Ativo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	13.8	673,08	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.1	3 272,72	2 943,37
Diferimentos	13.4	25 489,73	20 779,12
Outros ativos correntes	13.3	21 457,24	1 037,48
Caixa e depósitos bancários	13.5	82 036,23	98 584,19
Subtotal		132 929,00	123 344,16
Total do Ativo		154 601,29	151 574,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	25 001,98	25 001,98
Resultados transitados	13.6	56 730,88	62 652,80
Resultado Líquido do período		14 877,59	(5 921,92)
Total do fundo de fundos patrimoniais		96 610,45	81 732,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	5 555,78	17 119,70
Estado e outros Entes Públicos	13.8	1 866,68	4 936,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.1	626,50	5,00
Diferimentos	13.4	35 250,00	34 500,00
Outros passivos correntes	13.9	14 691,88	13 279,83
Subtotal		57 990,84	69 841,27
Total do passivo		57 990,84	69 841,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		154 601,29	151 574,13

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	15 249,25	19 902,12
Subsídios, doações e legados à exploração	9	161 938,76	138 762,59
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(169 614,60)	(87 850,76)
Gastos com o pessoal	11 / 13.9	(39 828,48)	(41 522,77)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1/13.3	(1 151,39)	(1 929,52)
Outros rendimentos	13.11	105 539,80	34 993,03
Outros gastos	13.12	(49 830,22)	(52 407,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		22 303,12	9 946,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(6 939,13)	(15 679,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 363,99	(5 732,19)
Juros e gastos similares suportados	13.13	(476,88)	(167,66)
Resultados antes de impostos		14 887,11	(5 899,85)
Imposto sobre o rendimento do período	10	(9,52)	(22,07)
Resultado líquido do período		14 877,59	(5 921,92)

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
			2021	2020
Vendas e serviços prestados			15 249,25	19 902,12
Resultado bruto			15 249,25	19 902,12
Outros rendimentos			223 383,84	173 734,80
Gastos administrativos			58 958,08	45 936,90
Outros gastos			159 349,18	153 448,56
			44 069,23	267 453,07
			1 872,49	60 830,57
			47 184,07	206 533,25
			20 325,83	15 338,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				-5 748,54
Gastos de financiamento (líquidos)			451,39	151,31
			0,00	451,39
Resultados antes de impostos			19 874,44	-5 899,85
Imposto sobre o rendimento do período			0,00	-22,07
			-9,52	-22,07
Resultado líquido do período			19 874,44	-5 921,92
			-4 996,85	14 877,59

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1 13.6	25 001,98	54 443,55	8 209,25	87 654,78	87 654,78	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.6	-	8 209,25	(8 209,25)	-	-	
	2	-	8 209,25	(8 209,25)	-	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(5 921,92)	(5 921,92)	(5 921,92)	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			(14 131,17)	(5 921,92)	(5 921,92)	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	25 001,98	62 652,80	(5 921,92)	81 732,86	81 732,86	

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	25 001,98	62 652,80	(5 921,92)	81 732,86	81 732,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	13.6	-	(5 921,92)	5 921,92	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	(5 921,92)	5 921,92	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			14 877,59	14 877,59	14 877,59
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			20 799,51	14 877,59	14 877,59
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	25 001,98	56 730,88	14 877,59	96 610,45	96 610,45

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		274 610,22	230 848,85
Pagamentos de apoios		(25 388,10)	(34 692,74)
Pagamento a fornecedores	13.7	(214 678,30)	(97 200,55)
Pagamentos ao pessoal	11	(26 540,39)	(27 731,49)
Caixa gerada pelas operações		8 003,43	71 224,07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	(1,04)	(249,70)
Outros recebimentos/pagamentos		(18 508,44)	(19 141,99)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(10 506,05)	51 832,38
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(5 298,00)	(17 149,95)
Investimentos financeiros	7	(208,23)	(114,68)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	13.11	4,14	14,99
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(5 502,09)	(17 249,64)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	13.13	(539,82)	(173,96)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(539,82)	(173,96)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		98 584,19	64 175,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	82 036,23	98 584,19

Marinha Grande, 25 de Março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Federação Portuguesa de Orientação - FPO é uma instituição dotada de estatuto de Utilidade Pública Desportiva desde 21 de outubro de 1995 (Despacho 62/95 - Diário da República n.º 244) e de estatuto de Utilidade Pública desde 09 de abril de 2012 (Despacho 4861/2012. Diário da República n.º 70), tendo sido fundada em 19 de dezembro de 1990, data a partir da qual é membro de pleno direito da *International Orienteering Federation* - IOF. A sua sede é em Estrada da Vieira nº 4, Bairro Florestal – Pedreanes, Marinha Grande – Leiria e tem como atividade a organização e gestão da modalidade desportiva Orientação com os seguintes objetivos:

- Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática da Orientação, nas disciplinas Pedestre, BTT, e Precisão, intervindo de forma a que a modalidade seja ministrada nas escolas e apoiada como atividade formativa;
- Difundir e fazer respeitar as regras da Orientação, estabelecidas pelos órgãos e entidades competentes;
- Representar a nível nacional e internacional a Orientação portuguesa bem como assegurar a participação competitiva das seleções nacionais;
- Representar os interesses dos seus filiados perante a Administração Pública;
- Estimular a constituição e apoiar o funcionamento de clubes e associações;
- Estabelecer relações com federações estrangeiras e internacionais;
- Organizar os campeonatos nacionais e outras provas consideradas convenientes à expansão e desenvolvimento da Orientação, bem como atribuir os respetivos títulos;
- Organizar as seleções nacionais, tendo em consideração o interesse público da participação dos praticantes desportivos nas seleções e os legítimos interesses da federação, dos clubes e dos praticantes desportivos;
- Defender os princípios fundamentais da ética desportiva, em particular nos domínios da lealdade na competição, verdade do resultado desportivo, prevenção e sancionamento da violência associada ao desporto, da dopagem e corrupção do fenómeno desportivo.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com a seguinte composição:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	4 a 5 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade Industrial	3 anos
...	
Outros Ativos intangíveis	

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os “*Clientes*” e os “*Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições existentes após a data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Equipamento básico	150 317,17	22 640,68	(94,50)	-	-	172 863,35
Equipamento de transporte	94 267,75	-	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	40 954,33	2 404,80	-	-	-	43 359,13
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	342 582,91	25 045,48	(94,50)	-	-	367 533,89
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	141 442,66	7 717,45	(94,50)	-	-	149 065,61
Equipamento de transporte	86 820,95	7 446,80	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	40 163,56	474,17	-	-	-	40 637,73
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	325 470,83	15 638,42	(94,50)	-	-	341 014,75
Ativos fixos tangíveis	17 112,08	9 407,06	-	-	-	26 519,14

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Equipamento básico	172 863,35	-	(81,35)	-	-	172 782,00
Equipamento de transporte	94 267,75	-	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	43 359,13	238,00	(4,82)	-	-	43 592,31
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	367 533,89	238,00	(86,17)	-	-	367 685,72
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	149 065,61	5 436,80	-	-	-	154 502,41
Equipamento de transporte	94 267,75	-	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	40 637,73	1 014,06	-	-	-	41 651,79
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	341 014,75	6 450,86	-	-	-	347 465,61
Ativos fixos tangíveis	26 519,14	(6 212,86)	(86,17)	-	-	20 220,11

Em 2021 foi realizado apenas um investimento de 238 euros pela FPO e refere-se a monitores AOC 24B2XHHM2 para o escritório.

O valor das depreciações relativas ao Ativo Fixo Tangível totalizou 6.450,86 euros. A diminuição observada quando se compara com as depreciações do ano de 2020 está relacionada com o facto de ter terminado o período de depreciação da viatura ligeira de passageiros Fiat Ducato com matrícula 85-SE-38.

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	19 226,48	1 464,95	-	-	-	20 691,43
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	19 450,15	1 464,95	-	-	-	20 915,10
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	19 226,48	40,69	-	-	-	19 267,17
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	19 450,15	40,69	-	-	-	19 490,84
Ativos Intangíveis	-	1 424,26	-	-	-	1 424,26

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Programas de Computador	20 691,43	-	-	-	-	20 691,43
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	20 915,10	-	-	-	-	20 915,10
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	19 267,17	488,27	-	-	-	19 755,44
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	19 490,84	488,27	-	-	-	19 979,11
Ativos Intangíveis	1 424,26	(488,27)	-	-	-	935,99

Em 2021 não houve aquisições de Ativos Intangíveis.

7. Investimentos Financeiros

O valor de investimentos financeiros refletido no Balanço em 2021 ascende a 516,19 euros e refere-se ao Fundo de Compensação Salarial, de constituição obrigatória na admissão de funcionários.

8. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	15 249,25	19 902,12
Quotas e Jóias	15 249,25	19 527,12
Serviços secundários	-	375,00
Total	15 249,25	19 902,12

Verifica-se uma quebra significativa nos réditos de 2021 comparando com os obtidos em 2020. Esta quebra está relacionada com a diminuição do valor obtido com filiações/renovações de atletas.

9. Subsídios

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios" e "Apoios":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Administração Local	161 018,23	136 725,22
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	132 018,23	126 225,22
Instituto Nacional para a Reabilitação, IP	9 000,00	9 000,00
Município de Constância	5 000,00	
Município de Abrantes	10 000,00	1 500,00
Município da Chamusca	5 000,00	
Subsídios de outras entidades	920,53	2 037,37
Total	161 938,76	138 762,59

Em 2021 foram recebidos mais cerca de 23 mil euros em subsídios, comparando com o ano anterior. Esta variação está relacionada com o facto de se terem recebido em 2021 os subsídios de apoio à organização do MTBO.

Neste exercício, apesar das limitações à atividade da FPO devido à pandemia que assola o país, foi possível executar um calendário de provas mínimo e realizar as deslocações das seleções possíveis, não se prevendo que haja necessidade de qualquer devolução de verbas ao Instituto Português do Desporto e Juventude.

10. Imposto sobre o rendimento

Foram apurados os seguintes valores de imposto sobre o rendimento:

Imposto sobre o Rendimento		
Descrição	2021	2020
IRC Liquidado	9,52	22,07
Total	9,52	22,07

Apesar da FPO apresentar um resultado positivo de 14.877,59 euros, o baixo valor do IRC justifica-se pelo facto do resultado positivo obtido estar relacionado com as atividades isentas e não sujeitas a IRC.

11. Benefícios dos empregados

Em 2021 a FPO teve sete membros dos órgãos diretivos, sendo que, nenhum deles é remunerado. Os quadros da Federação registam um total de 2 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	32 627,21	33 703,82
Encargos sobre as Remunerações	6 807,71	7 337,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	389,09	294,49
Outros Gastos com o Pessoal	4,47	186,65
Total	39 828,48	41 522,77

A diminuição que se observa nos gastos com pessoal está relacionada com o facto de não terem sido pagos prémios em 2021, ao contrário do que aconteceu em 2020.

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2020, foram de 2.000,00€ em cada um dos períodos.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	11 010,35	9 529,61
Perdas por imparidade	(7 737,63)	(6 586,24)
Total	3 272,72	2 943,37
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	626,50	5,00
Total	626,50	5,00
	2 646,22	2 938,37

Neste exercício não foram identificadas novas dívidas de cobrança duvidosa, no entanto, foram constituídos 329,35 euros de imparidades devido ao aumento da antiguidade dos saldos já identificados como cobrança duvidosa em períodos anteriores.

13.2. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber não apresenta saldos em 2020 e 2021.

13.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores	8 808,49	333,67
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 040,00	18,93
Outros Devedores	14 361,76	7 437,89
Perdas por Imparidade	(6 753,01)	(6 753,01)
Total	21 457,24	1 037,48

O aumento significativo que se observa nos Outros Ativos Correntes refere-se a:

- Valor a receber do Município da Chamusca, no total de 5.000,00 euros, relativo ao MTBO;
- Valor a ser reembolsado pela Tranquilidade, no valor de aproximadamente 7 mil euros, relativo ao excesso de estimativa de seguros desportivos;
- Valor de 1.000,00 euros adiantado à Ledmovil cujo fornecimento não aconteceu;
- O restante valor está relacionado com o aumento do saldo das dívidas de Outros Devedores, nomeadamente, Federações Internacionais.

Não foram consideradas perdas por imparidade nesta rubrica em 2021.

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
POM2022	22 429,11	17 509,11
WCUP23	87,90	87,90
Gastos diversos - atividade corrente	2 972,72	3 182,11
Total	25 489,73	20 779,12
Rendimentos a reconhecer		
POM2022	30 000,00	30 000,00
Mediterranean Championships in Orienteering 2022	4 500,00	4 500,00
Rendimentos diversos - atividade corrente	750,00	-
Total	35 250,00	34 500,00

Os gastos e rendimentos com a organização do POM2022, do WCUP2023 e do Mediterranean Championship in Orienteering de 2022 são os principais valores registados nestas rubricas.

Os restantes diferimentos referem-se à atividade corrente da federação.

13.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	90,45	156,75
Depósitos à ordem	81 945,78	58 427,44
Depósitos a prazo	-	40 000,00
Total	82 036,23	98 584,19

13.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	25 001,98	-	-	25 001,98
Resultados transitados	62 652,80	-	(5 921,92)	56 730,88
Resultado Líquido do Exercício	(5 921,92)	20 809,03	(9,52)	14 877,59
Total	81 732,86	20 809,03	(5 931,44)	96 610,45

13.7. Fornecedores e Créditos a Receber

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Total	-	-
Passivo		
Fornecedores c/c	5 555,78	17 119,70
Total	5 555,78	17 119,70

Em 2020, a rubrica de fornecedores registava uma dívida no valor de 17.119,70 euros. Esta dívida estava em grande parte relacionada gastos realizados no final do ano para cumprimento dos programas do IPDJ, cujos pagamentos foram realizados em 2021. Em 2021, o saldo apresentado está relacionado com a atividade corrente da FPO.

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	673,08	-
Total	673,08	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	8,52	16,24
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	2 862,65
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	962,78	659,25
Segurança Social	895,38	1 398,60
Total	1 866,68	4 936,74

O valor desta rubrica está relacionado com a atividade normal da FPO e estes saldos justificam-se pelo tempo entre o apuramento dos impostos e a sua data limite de pagamento.

13.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	5 060,00
Credores por acréscimos de gastos	-	14 046,88	-	7 943,83
Outros credores	-	645,00	-	276,00
Total	-	14 691,88	-	13 279,83

Os credores por acréscimos de gastos, além dos encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2021 regista também gastos relativos a 2021 cuja fatura será emitida pelo fornecedor em 2022.

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	59 014,17	50 224,74
Materiais	2 696,26	9 777,93
Energia e fluidos	5 491,49	2 597,30
Deslocações, estadas e transportes	55 961,91	6 303,21
Serviços diversos	46 450,77	18 947,58
Rendas e alugueres	9 533,66	1 561,69
Comunicação	1 966,29	1 426,05
Seguros	12 231,13	11 304,01
Despesas de representação	118,08	288,37
Limpeza, higiene e conforto	16 416,84	524,88
Outros serviços	6 184,77	3 842,58
Total	169 614,60	87 850,76

Dado que em 2021 foi novamente organizado o MTBO e porque as seleções voltaram a realizar as habituais participações em estágios e provas, o que não aconteceu em 2020, os gastos com fornecimentos e serviços externos aumentaram significativamente.

A variação observada nos gastos com Limpeza, Higiene e Conforto está relacionada com os valores suportados com testes COVID-19. De referir que grande parte destes gastos foram objeto de reembolso, estando esse reembolso registado em Outros Rendimentos.

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	105 455,79	34 673,73
Descontos de pronto pagamento obtidos	42,02	42,79
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	108,00
Outros rendimentos e ganhos	41,99	168,51
Total	105 539,80	34 993,03

Esta rubrica, apesar de refletir um abrandamento da atividade da FPO por imposição das autoridades de saúde, apresenta um aumento muito significativo face a 2020 devido à organização do MTBO.

13.12. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	764,39	567,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,73	7,25
Outros Gastos e Perdas	12 301,68	6 230,98
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	36 762,42	45 601,92
Total	49 830,22	52 407,77

Os apoios concedidos aos clubes apresentam uma diminuição significativa comparativamente com o ano de 2020, fruto da referida diminuição da atividade da FPO.

O aumento da rubrica de Outros Gastos e Perdas está refere-se ao gasto com as quotizações à IOF pela organização do MTBO.

13.13. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com juros e gastos similares suportados em 2020 e 2021 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	476,84	167,66
Total	476,88	167,66

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus ("COVID-19") como pandemia. A FPO ativou o plano de contingência e, desde essa data, tem vindo a cumprir com as medidas impostas pelo Governo de minimização dos riscos de contágio resultantes do desenvolvimento da pandemia.

Em 15 de janeiro de 2021, Portugal entrou em novo confinamento geral, semelhante ao primeiro confinamento geral verificado em março e abril de 2020, com restrições à circulação da população, obrigatoriedade do teletrabalho e encerramento do comércio, com exceção dos estabelecimentos de bens e serviços essenciais, tendo sido também restringida a prática desportiva


Em 2021, e atualmente em vigor, foram tomadas medidas de minimização dos riscos e de monitorização dos impactos financeiros e outros nas atividades da FPO. Não sendo possível prever os potenciais efeitos que possam advir da evolução da pandemia, nomeadamente no que se refere à atividade económica, a Direção considera que as atuais circunstâncias não colocam em causa a continuidade das operações da FPO nos seus atuais moldes.

Por outro lado, a guerra iniciada recentemente entre a Rússia e a Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Poder-se-ão sentir os seus efeitos pelas sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia e outros efeitos colaterais, como por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias primas e energia, bem como outros aspetos comerciais ou tecnológicos.

A Direção tem vindo a acompanhar a situação com vista à minimização dos riscos que poderão advir, cujos impactos não são possíveis de estimar na presente data. Não obstante, é sua convicção que esta situação não coloca em causa a continuidade das atividades da FPO.

Marinha Grande, dia 25 de março de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

